

- Simone Andréa Silva – dia 01.12.11 e de 24 a 31.01.12;
- Wagner Sana Duarte Moraes – dia 01.12.11 e de 24 a 31.01.12.

Designando, nos termos da legislação vigente, os Juizes de Direito Substitutos abaixo relacionados para responderem pelas seguintes comarcas, a partir de 24.11.11, até o provimento:

- Raphael Ferreira Moreira – Arinos, sem prejuízo de suas atribuições em Unai;
- Marcelo Geraldo Lemos – Conceição das Alagoas, ficando dispensado de suas atribuições anteriores.

2ª INSTÂNCIA

Exonerando, a pedido, nos termos do art. 106, letra "a", da Lei n.º 869, de 05/07/1952:

- Carmen Waleska Caus, TJ 7479-1, do cargo efetivo de Técnico Judiciário, TJ-GS, classe C, especialidade Analista de Sistemas, PJ-42, a partir de 04/11/2011 (Portaria n.º 1450/2011);

- Fernanda Cristina Paz Vieira, TJ 3102-1, do cargo efetivo de Oficial Judiciário, TJ-SG, classe D, especialidade Oficial Judiciário, PJ-35, a partir de 11/10/2011 (Portaria n.º 1451/2011);

- Isadora Maria de Barcelos Silva, TJ 7107-6, do cargo efetivo de Oficial Judiciário, TJ-SG, classe D, especialidade Oficial Judiciário, PJ-32, a partir de 07/10/2011 (Portaria n.º 1452/2011);

- Joice Mara Fernanda Cunha Cateb, TJ 6459-2, do cargo efetivo de Oficial Judiciário, TJ-SG, classe D, especialidade Oficial Judiciário, PJ-33, a partir de 07/11/2011 (Portaria n.º 1453/2011);

- Matheus de Oliveira Gonçalves Lopes Muradas, TJ 6291-9, do cargo efetivo de Oficial Judiciário, TJ-SG, classe D, especialidade Oficial Judiciário, PJ-33, a partir de 24/10/2011 (Portaria n.º 1454/2011).

Nomeando Maria de Lourdes Costa Xavier, para o cargo de provimento em comissão de Assistente Judiciário, TJ-CAI-08, JU-A38, PJ-29, mediante indicação do Desembargador Didimo Inocêncio de Paula, da 3ª Câmara Cível (Portaria n.º 1455/2011).

Concedendo reposicionamento na carreira, nos termos do artigo 20 da Resolução n.º 367/2001-TJMG, de 18/04/2001, ao servidor efetivo Matheus de Oliveira Gonçalves Lopes Muradas, TJ 6291-9, no cargo de Técnico Judiciário, TJ-GS, classe C, especialidade Técnico Judiciário, padrão de vencimento PJ-43, a partir de 24/10/2011 (Portaria n.º 1456/2011).

1ª INSTÂNCIA

Aposentando Luiz Teixeira Filho, PJPI 7748-7, no cargo de Oficial Judiciário, classe C, JPI-QS-GS, PJ-52, da comarca de Rio Pomba, de Primeira Entrância, a partir de 08/08/2011, nos termos do artigo 3º da Emenda à Constituição Federal n.º 47, publicada em 06/07/2005 (Portaria n.º 1457/2011).

Exonerando:

- Fabiano Francisco dos Santos, PJPI 24221-4, Oficial Judiciário D, especialidade Oficial Judiciário, JPI-SG, da comarca de Monte Belo, de Primeira Entrância, a pedido, a partir de 20/10/2011, nos termos do artigo 106, alínea "a", da Lei 869, 05/07/52 (Portaria n.º 1458/2011);

- Karine de Almeida Aguiar, PJPI 17476-3, do cargo, em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Nanuque, a pedido (Portaria n.º 1459/2011);

- Núbia Amaral Alcântara, PJPI 13773-7, do cargo em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Inhapim, a pedido do 128º Juiz de Direito Substituto Dr. Carlos Henrique Trindade Lourenço dos Santos (Portaria n.º 1460/2011);

- Viviane de Oliveira Schneider, PJPI 27210-4, do cargo, em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-

08, PJ-51, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Inhapim, a pedido do 128º Juiz de Direito Substituto Dr. Carlos Henrique Trindade Lourenço dos Santos (Portaria n.º 1461/2011).

Nomeando:

- Laudimária de Brito Figueiredo, PJPI 19603-0, Oficial de Apoio Judicial D, efetiva, da comarca de Nanuque, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, por indicação da Juíza de Direito Dra. Patrícia Bitencourt Moreira, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Nanuque (Portaria n.º 1462/2011);

- Núbia Amaral Alcântara, PJPI 13773-7, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, por indicação do 128º Juiz de Direito Substituto Dr. Carlos Henrique Trindade Lourenço dos Santos, que responde pela 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Inhapim (Portaria n.º 1463/2011);

- Viviane de Oliveira Schneider, PJPI 27210-4, Oficial de Apoio Judicial D, efetiva, da comarca de Inhapim, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, por indicação do 128º Juiz de Direito Substituto Dr. Carlos Henrique Trindade Lourenço dos Santos, que responde pela 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Inhapim (Portaria n.º 1464/2011).

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTE A SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Número da dispensa: 66/2011

Assunto: Dispensa de Licitação.

Processo n.º: 2224/2011

Embasamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei federal n.º 8.666/93.

Objeto: Locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Central de Conciliação do Fórum da Comarca de Poços de Caldas/MG.

Locadores: Leal Administração, Incorporação e Empreendimentos de Imóveis Ltda.

Vigência: 60 (sessenta) meses.

Valor total: R\$144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

Nos termos do art. 26 da Lei Federal n.º 8.666/93, ratifico a dispensa de licitação visando à locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Central de Conciliação do Fórum da Comarca de Poços de Caldas/MG. "Publique-se".

Número da Inexigibilidade: 064/2011

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Processo n.º: 1923/2011

Embasamento Legal: Art. 25, I da Lei n.º 8.666/93

Objeto: Aquisição dos periódicos jurídicos: Boletim de Direito Municipal, Boletim de Direito Administrativo e Boletim de Licitações e Contratos.

Contratada: Editora N.D.J. Ltda.

Vigência: 12 (doze) meses

Valor total: R\$ 22.050,00 (vinte e dois mil e cinquenta reais)

Nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.666/93, ratifico a inexigibilidade de licitação visando à aquisição dos periódicos jurídicos: Boletim de Direito Municipal, Boletim de Direito Administrativo e Boletim de Licitações e Contratos, junto à Editora N.D.J. Ltda. "Publique-se".

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

24 de Novembro de 2011

Juiz Conciliador: Ramom Tácio de Oliveira

De ordem do MM. Juiz da Central de Precatórios, Ramom Tácio de Oliveira, ficam as partes e procuradores, referidos no final desta publicação, intimados para comparecerem, em dia e horário

especificados também no final desta publicação, na CEPREC, situada na rua Guajajaras, n.º. 40, 22º andar, do Edifício Mirafiori, centro, Belo Horizonte, para receberem os seus créditos, nos precatórios devidos pelo Estado de Minas Gerais, administração direta e indireta, conforme previsto no EDITAL 02/2011.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão
24.11.2011

Homologação

Processo: n.º 1558/2011

Licitação: n.º 114/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos de impressão do jornal "TJMG Informativo".

LICITANTE VENCEDOR

LOTE UNICO: GLOBAL PRINT EDITORA GRÁFICA LTDA - ME

Valor Total: R\$23.358,95 (Vinte três mil, trezentos e cinquenta e oito reais, e noventa e cinco centavos)

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabrich S. Menezes
24.11.2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/11.

Processo: 1566/2011

Licitação: 122/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de óleos, filtros lubrificantes, filtros de ar e baterias.

Vigência: de 24.11.2011 a 24.11.2012.

Lote 01: DANIELA ROSA DELFINO

Lote 02: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DEL REY LTDA

Lote 03: LICIPAR LTDA

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no site www.tjmg.jus.br link licitações

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro
24.11.2011

Convênios – Extratos

Caixa Econômica Federal - Cv. 180/2011 de 21.11.2011. – Objeto: Possibilitar o acesso às informações registradas no SINAPI – SIPCI. - Vigência: 21.11.2011 a 21.11.2013. Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Termo de Apostilamento – Contrato (Extrato)

4º Termo de Apostilamento de 21.11.2011 – Maria Cristina Sampaio Xavier e Lara Cristina Xavier de Magalhães Pinto – Processo 2147/2011 – Ct.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

ATA Nº. 026/2011

PROCESSO nº. 1566/2011

LICITAÇÃO nº. 122/2011 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 23/11/2011.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 23 dias do mês de novembro de 2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente **ORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE 3 – LICIPAR LTDA., com sede na Rua Desembargador Costa Carvalho, 181, bairro Batel, em Curitiba, PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.799.610/0001-50, neste ato representada por seu sócio proprietário, Sr. Eduardo Luiz Cassou, residente na Alameda das Baganvilias, 738, casa, Mossunguê, Curitiba, PR, São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº. 6.877.893-0, CPF nº. 024.545.239-73.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de óleos, filtros lubrificantes, filtros de ar e baterias para veículos automotivos conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital e proposta da Contratada apresentada à **Licitação 122/2011 – Pregão Eletrônico**.

1.1. Este instrumento não obriga o **TRIBUNAL** a adquirir o (s) objeto nele registrado (s) nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor registrado encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O **TRIBUNAL** fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.



DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias úteis**.

6.1. Local e horário para entrega: Os materiais deverão ser entregues na Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT (Almoxarifado) / GESUP, situada à Av. do Contorno, nº 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, das 08:30 às 11:30 horas e das 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar na COMAT, através dos telefones (31) 3237.6332 e 3237.6324, a entrega do material, sob pena de não recebimento imediato da mercadoria na chegada da mesma ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. A Ata poderá sofrer alterações quantitativas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 17 do Decreto Estadual nº 44.787/08;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008,



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

1.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;

apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

., por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2011.

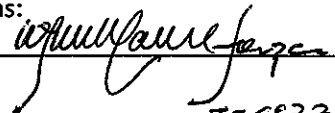
Pelo Tribunal:


Desembargador CLAUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelo Fornecedor:


Eduardo Luiz Cassou
LICIPAR LTDA.

Testemunhas:


7568338

P. 5 Minuta Padrão aprovada pela ASCONT (Parecer nº 107/2011)


TJ 18044.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDOR (a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços Nº 26/2011)

LOTE	ITEM	QUANTIDADE REGISTRADA	CÓDIGO	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
03	3.1	130	78.70.131.7	Uma	Bateria 12V - 45AH - 45BD - CCA350a (-18º SAE J537) - CA 540a + 25ºC - Com visor charge EYE	AJAX ECOLINE VW45LMG	115,00	LICIPAR LTDA.
	3.2	300	78.70.053.1	Uma	Bateria 12V – 60AH - CCA 450 A (-18º C SAE 537) - CA 675 (+25ºC) - Com visor charge EYE	AJAX ECOLINE MZ60LMG	128,00	
	3.3	12	78.70.127.9	Uma	Bateria 12V – 100AH - CCA 750a (-18ºSAE J 537) - 1000a (+25ºC) - Aditivo Fast Charge - Linha Profissional - Sem visor charge EYE	AJAX CLASSIC MA100BME	254,00	
	3.4	4	78.70.128.7	Uma	Bateria 12V – 150AH - CCA 950a (-18º SAE J537) - Aditivo Fast Charge - Linha Profissional - Sem visor charge EYE	AJAX CLASSIC MB150BMD	400,50	